



Galvão confirma: preços melhores, para compensar subsídios.

O ministro da Fazenda, Ernane Galvão, ficou quatro horas, ontem, na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, defendendo e debatendo o fim dos subsídios ao crédito, o que, ele reafirmou, será muito bom para desenvolver a agricultura e será compensado proporcionalmente por vários incentivos, via preços mínimos, redução do ICM, assistência técnica e outros instrumentos. O ministro ouviu também pedidos para que saia do cargo, juntamente com Delfim Neto e Carlos Langoni, mas defendeu-se em seu estilo tradicional.

Ele não disse qual será a nova taxa de juros do crédito rural, que será decidida na reunião de junho do Conselho Monetário Nacional. Mas admitiu que haverá uma aceleração da redução do subsídio.

Os deputados, na maioria agricultores, fizeram críticas à política econômica do governo, e alguns chegaram a pedir a substituição da cúpula econômica — Galvão, Delfim, Langoni — diante do fracasso da política que está desenvolvendo. Galvão, defendeu-se dizendo que “não temos um modelo econômico, temos políticas econômicas que são as mesmas de todos os países do Ocidente, onde cada um tem liberdade de escolher e de fazer, e o governo regula isso em benefício da comunidade”.

Juros maiores

Logo no início do debate, Galvão insistiu em que as prioridades governamentais são a agricultura, exportação e energia. Salientou que o bom desempenho da agricultura nacional contribui para combater a inflação — que ele considerou “excessivamente elevada e insuportável e que exige medidas rápidas e definitivas” — e mantém o abastecimento interno, tornando desnecessárias as importações.

O ministro disse que a orientação governamental é mobilizar recursos para a agricultura, de tal forma que o sistema financeiro nacional participe ativamente. Explicou que isso exige uma taxa de juros mais elevada porque, do contrário, o produtor sabe que os bancos se desinteressam de empre-

tar. Na opinião do ministro, corroborada por vários deputados, é mais importante a garantia de crédito para todos os agricultores do que o subsídio ao crédito, que atinge apenas 25% deles, no País inteiro. Atualmente, segundo Galvão, o Banco do Brasil ainda controla 67% do crédito rural e os bancos privados os outros 33%. “Mas essa situação gradualmente deverá ir-se alterando.”

O deputado Jorge Viana (PMDB-BA), autor da convocação do ministro à Comissão, criticou a política do cacau, frisando que, atualmente, esse produto, terceiro na pauta de exportações do País, paga quase 50% de impostos. O ministro prometeu que o Imposto de Exportação, atualmente de 13%, será gradualmente eliminado até o final do ano.

O ministro da Fazenda disse ainda que o governo deve afastar-se do controle de preços de produtos agrícolas, devendo o mercado cumprir esse papel. Segundo ele, só os preços do trigo, açúcar e leite continuarão controlados. Quanto ao trigo, disse que a eliminação de seu subsídio será acelerada nos próximos dias, mas negou que ocorrerá de uma vez só.

Nas suas críticas ao Banco do Brasil, os deputados contaram com o apoio do próprio diretor de Crédito Rural do Banco, Aléssio Vaz Primo. Ele reconheceu que o Banco do Brasil tem mostrado insensibilidade em várias ocasiões, mas atribuiu esse comportamento “aos sobressaltos da inflação”. E reconheceu também que, “hoje, o banco acredita mais em papel do que no trabalho e tradição do agricultor brasileiro”.

Finalmente, o deputado Francisco Feitosa (PMDB-RO) denunciou que, em Rondônia, 2.014 colonos de um projeto do Incra estão prestes a perder suas terras ao Banco do Brasil, porque a situação climática daquele Estado não foi favorável à safra e os empréstimos precisam ser pagos. Galvão e o diretor do BB disseram que isso não ocorrerá e negaram que o índice de inadimplência dos agricultores esteja alto. Segundo eles, chega a apenas 2%.